

Seção do **Jornal do Senado** que informa sobre direitos e deveres dos brasileiros começou em setembro de 2003 e vem acompanhando avanços sociais e políticos garantidos por meio de leis aprovadas pelo Congresso e de mudanças na sociedade. A revolução da internet tem favorecido o registro de opiniões e a fiscalização, mas ainda é um desafio para a participação direta

Cidadania completa uma década nas páginas do Jornal

Marcio Maturana

O **ESPECIAL CIDADANIA**, esta seção do **Jornal do Senado**, está completando dez anos. Foram, até agora, 445 edições sobre saúde, educação, Justiça, direitos do consumidor, meio ambiente e outros assuntos de interesse coletivo e público. As reportagens — que esclarecem conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais — são impressas de maneira a facilitar a separação do restante do jornal para arquivar em coleção e consultar sempre que necessário.

A primeira edição, em 15 de setembro de 2003, apresentou formas de contato com os parlamentares para envio de críticas, sugestões e elogios. De lá para cá, muita coisa mudou — no Jornal, nas leis e até nas formas de contato —, mas os objetivos se mantêm: facilitar a consciência cidadã e estimular a prática democrática, informando direitos e deveres (que



Manifestações nas ruas fazem parte das atividades de cidadania num país democrático e propiciam ampliação de direitos

estão interligados) políticos, civis e sociais. O tema nunca se esgota, porque a cidadania se aprimora ininterruptamente, a cada instante que é praticada. — Nesses dez anos, em dois aspectos a cidadania no Brasil avançou bastante: transparência

e combate à corrupção. Ganhamos a Lei da Ficha Limpa, a Lei Geral de Acesso à Informação, a Lei de Conflito de Interesses e a Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, que pune o corruptor — disse Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

A história demonstra que a cidadania se constrói principalmente a partir das reivindicações da sociedade, para que não prevaleça a lei do mais forte. Permitir hoje que crianças de 9 anos trabalhem 12 horas por dia em indústria, por exemplo, soa absurdo. Mas em 1819 a conjunção desses limites de idade e de jornada foi considerada um avanço nas fábricas de lã da Inglaterra.

Atualmente, a participação dos cidadãos nas instituições que os representam é facilitada pela tecnologia, apesar de esse caminho estar apenas começando. — A revolução nos meios de comunicação, a informática, vem afetando as instituições democráticas e elas têm que se readaptar. O complexo é definir para onde ir. Não há no mundo nenhum país que tenha resolvido, por exemplo, a possibilidade

de participação direta através de um computador — avaliou o consultor legislativo do Senado Fernando Trindade.

Do ponto de vista eleitoral, verificam-se avanços nos mecanismos de fiscalização e controle. Toninho lembra que vários parlamentares e prefeitos foram cassados em função das novas leis.

— A impressão de que a corrupção aumentou deve-se ao fato de que hoje é mais fácil apurar irregularidades. Como as coisas são mais transparentes, vemos com mais facilidade os desvios de conduta. Antes eram mais raras as denúncias — afirmou o analista político.

Na opinião de Toninho, os avanços da cidadania contribuíram para acontecerem as manifestações de rua em junho e julho, devido ao aumento do acesso à leitura e à informação. No entanto, considera que há muito a ser melhorado, porque escolas e meios de comunicação durante longo tempo deixaram em segundo plano a formação política dos cidadãos. Ele aponta como fundamental, por exemplo, uma reforma política que institua mais mecanismos de participação popular.

Em 2005, a Rede Interamericana para a Democracia (RID) lançou o Índice de Participação Cidadã. Entre os oito países analisados — Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Peru e República Dominicana, o Brasil aparece em primeiro lugar na questão de atuação da sociedade civil em questões coletivas, com uma pontuação de 5,1 numa escala de 1 a 10.

Como participar de enquetes, audiências e sugerir projetos

Na política, a atuação do cidadão não se restringe ao voto. A população pode interagir com críticas, apoios e até apresentação de projetos de leis.

Pelo Portal e-Cidadania, toda pessoa cadastrada pode criar um projeto e receber apoio de internautas. As propostas consideradas constitucionais vão para a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). Outro mecanismo é o Alô Senado, em que os cidadãos respondem a enquetes e participam de audiências.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), ressalta a importância da participação. — A CDH é a porta de entrada também para sugestões de iniciativa popular, com mecanismos como o Alô Senado e o e-Cidadania. Nas audiências, ao vivo, a sociedade oferece sugestões e faz observações e críticas — disse a senadora.

Há também o Projeto Jovem Senador, quando anualmente 27 alunos — um de cada estado — são selecionados nas escolas estaduais por meio de redação. Por três dias, no Senado, eles podem apresentar propostas, discuti-las e votá-las. As sugestões são encaminhadas à CDH e, se aprovadas, passam a tramitar normalmente.

Na mesma comissão, começa hoje o Projeto Orçamento da Criança e do Adolescente: até 12 de novembro, às terças e quintas-feiras, 240 alunos de ensino médio visitarão o Senado para aprender como acompanhar, influenciar e fiscalizar o orçamento público.

Cumprindo a Resolução 26/2013, o site do Senado está concluindo mecanismo para internautas apoiarem ou discordarem de projetos na Casa. A cada etapa, será atualizado o número de apoios ou rejeições.



Menu deslizante com fotos e ferramenta de busca dão acesso a temas

Novo site facilita a navegação pelas edições, com fotos

Para celebrar os dez anos do *Especial Cidadania*, o **Jornal do Senado** lança hoje um novo site para a seção (www12.senado.gov.br/jornal/cidadania). Fácil de navegar, a página apresenta reportagens em menu deslizante com fotos, tem lista de edições anteriores e ferramenta de busca integrada. Todas as edições podem ser lidas na íntegra e a atualização é feita nas terças-feiras, quando sai a versão impressa.

Solidariedade motiva ações cidadãos no trabalho voluntário

Além da interação com o Legislativo, as ações de cidadania podem ser praticadas diretamente na sociedade, individualmente ou por meio de igrejas, organizações não governamentais, empresas, entidades de classe ou associações. Trata-se do voluntariado, que no Brasil teve como marco, em 1993, a Ação da Cidadania contra a Fome, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Segundo o Ibope, um entre cada quatro brasileiros com mais de 16 anos faz ou já fez trabalho voluntário. São 35 milhões de pessoas.

Sem remuneração ou lucro, o voluntariado é movido pela solidariedade. Muitas vezes a ação acontece em instituições sem recursos que atendem pessoas carentes: creches comunitárias, escolas, hospitais, asilos, orfanatos, igrejas ou diretamente para moradores de rua. Pode também ser feito por meio de prestação de serviço ou doações a organizações especializadas, como Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras e Lions Club.

No sistema judiciário, os brasileiros têm o direito de propor ações denominadas garantias constitucionais. Entre essas ações, estão a ação popular e o mandado de segurança, que visam impedir abusos de autoridade.

Saiba mais

Portal e-Cidadania
www.senado.gov.br/ecidadania

Alô Senado
www.senado.gov.br/alosenado
ou 0800 612211

Site do governo sobre cidadania
<http://bit.ly/govCidadania>

Cartilha Noções de Política e Cidadania no Brasil (Diap)
<http://bit.ly/cartilhaCidadania>

Cartilha do Cidadão Consciente (Diap)
<http://bit.ly/cartilhaCidadao>

Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005)
<http://bit.ly/participacaoCidada>

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em www12.senado.gov.br/jornal/cidadania

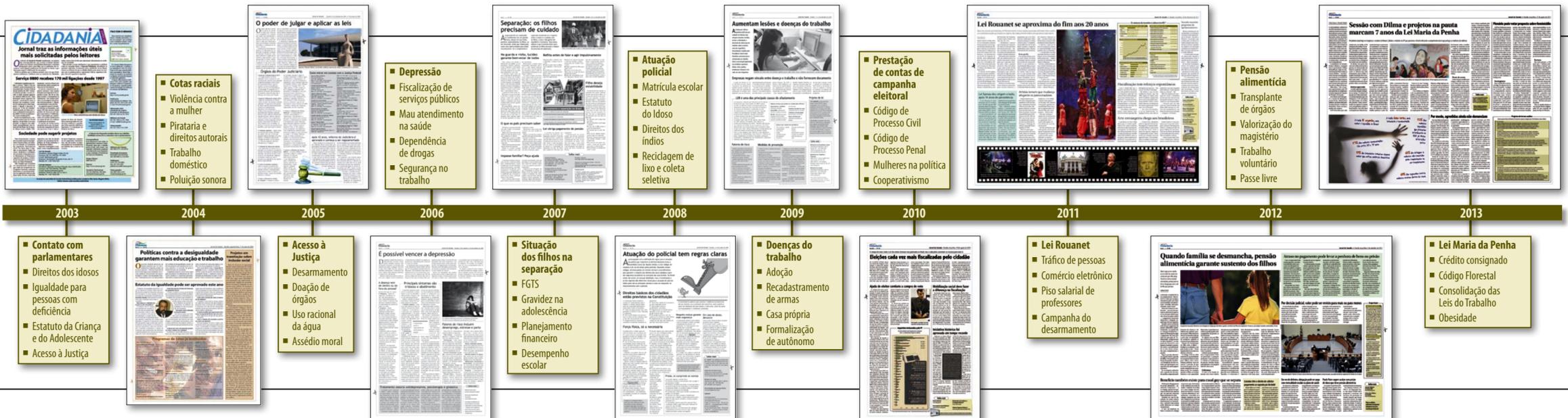


A eleição é um exemplo claro da integração entre direito e dever dos cidadãos



Avanços ano a ano

Desde que o *Especial Cidadania* foi lançado, o Brasil garantiu algumas conquistas cidadãs em leis e programas nacionais. A seção, às terças-feiras, procura acompanhar o que está sendo discutido no Congresso ou na sociedade, além das leis que estão entrando em vigor — sempre do ponto de vista de serviço ao cidadão. Por exemplo: quando começaram a ser discutidos os royalties do petróleo, em 2010, o *Especial Cidadania* publicou uma reportagem sobre controle social dos recursos públicos, citando o caso da Prefeitura de Rio das Ostras (RJ), que usou a verba dos royalties para colocar porcelanato nas calçadas (gastos de R\$ 12 milhões em 2004). Em Paulínia (SP), informou aquela edição, um grupo de 85 cidadãos conseguiu embargar obra em que o prefeito queria usar o ICMS do petróleo para construir uma proteção de vidro sobre os prédios históricos da cidade (orçamento inicial de R\$ 114,8 milhões, em 2005).



2003
Cidadania
Jornal traz as informações mais solicitadas pelos leitores
Sempre 8000 leitores 170 mil leitores desde 1997
Solidariedade pode superar projetos

2004
Cotas raciais
Violência contra a mulher
Pirataria e direitos autorais
Trabalho doméstico
Poluição sonora

2005
O poder de julgar e aplicar as leis
Organ de Poder autônomo
Estatuto da Igualdade pode ser aprovado este ano

2006
Depressão
Fiscalização de serviços públicos
Mau atendimento na saúde
Dependência de drogas
Segurança no trabalho

2007
Separação: os filhos precisam de cuidado
Separação de filhos
Separação de filhos
Separação de filhos

2008
Atuação policial
Matrícula escolar
Estatuto do Idoso
Direitos dos índios
Reciclagem de lixo e coleta seletiva

2009
Aumentam lesões e doenças do trabalho
Aumento de lesões e doenças do trabalho
187 anos da República em 2009

2010
Prestação de contas de campanha eleitoral
Código de Processo Civil
Código de Processo Penal
Mulheres na política
Cooperativismo

2011
Lei Rouanet se aproxima do fim aos 20 anos
Lei Rouanet se aproxima do fim aos 20 anos

2012
Pensão alimentícia
Transplante de órgãos
Valorização do magistério
Trabalho voluntário
Passe livre

2013
Lei Maria da Penha
Crédito consignado
Código Florestal
Consolidação das Leis do Trabalho
Obesidade

2003
Contato com parlamentares
Direitos dos idosos
Igualdade para pessoas com deficiência
Estatuto da Criança e do Adolescente
Acesso à Justiça

2004
Políticas contra a desigualdade garantem mais educação e trabalho
Estatuto da Igualdade pode ser aprovado este ano

2005
Acesso à Justiça
Desarmamento
Doação de órgãos
Uso racional da água
Assédio moral

2006
É possível vencer a depressão
É possível vencer a depressão

2007
Situação dos filhos na separação
FGTS
Gravidez na adolescência
Planejamento financeiro
Desempenho escolar

2008
Atuação policial tem regras claras
Atuação policial tem regras claras

2009
Doenças do trabalho
Adoção
Recadastramento de armas
Casa própria
Formalização de autônomo

2010
Deixes cada vez mais fiscalizados pelo cidadão
Deixes cada vez mais fiscalizados pelo cidadão

2011
Lei Rouanet
Tráfico de pessoas
Comércio eletrônico
Piso salarial de professores
Campanha do desarmamento

2012
Quando família se desmancha, pensão alimentícia garante sustento dos filhos
Quando família se desmancha, pensão alimentícia garante sustento dos filhos

2013
Lei Maria da Penha
Crédito consignado
Código Florestal
Consolidação das Leis do Trabalho
Obesidade